

RELATOR FAZ O RAIIO-X DO MENSALÃO

Valerioduto movimentou R\$ 2,6 bilhões desde 1997

Dinheiro financiou troca de partidos políticos



Entre José Eduardo Cardozo e Delcídio Amaral, Serraglio (ao microfone) apresenta aos integrantes da CPI dos Correios seu balanço das investigações: um mapa de onde saía o dinheiro e para quem se destinava

Páginas 2 e 3

Congresso aprova mais créditos suplementares

Acordo permite à Comissão Representativa votar 18 pedidos feitos pelo governo, mas oposição pretende obstruir exame do Orçamento. **Página 4**



Na sessão da Comissão Representativa do Congresso, muitas críticas à execução orçamentária do governo. Renan Calheiros (na foto à direita) anuncia reunião da Comissão de Orçamento para a próxima terça-feira

Segundo documento, recursos financiaram mudança de partidos; concentração de pagamentos ocorreu em datas próximas a votações de interesse do governo

Esquema do valerioduto usou R\$ 2,6 bilhões a partir de 1997

O chamado valerioduto – operações financeiras irregulares que têm como principal canal as contas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza – movimentou, entre 1997 e 2005, R\$ 2,6 bilhões, conforme relatório parcial da CPI dos Correios apresentado ontem pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Entre os maiores depositantes do valerioduto, informa o relator, estão o Banco do Brasil (R\$ 388 milhões), a Telemig (R\$ 122 milhões) e a Visanet (R\$ 92 milhões). Ao longo dos anos, os recursos públicos cresceram “acentuadamente”, enfatiza.

No relatório, Serraglio destaca que, na versão de Valério, os recursos que abasteciam o valerioduto seriam oriundos de empréstimos feitos pelas empresas SMP&B, Graffiti e Tolentino Associados junto aos bancos BMG e Rural, entre 2003 e 2004, chegando a um total de R\$ 55 milhões. O relator chama a atenção, no entanto, para uma diferença de cerca de R\$ 4 milhões a menos entre os valores tomados por empréstimo e os



Delcídio Amaral (E) preside reunião em que Osmar Serraglio apresentou relatório parcial

repassados ao PT, também como empréstimo.

Segundo o relatório, os empréstimos feitos pela SMP&B não tinham prazo de pagamento definido e os juros eram inferiores aos do mercado. O documento assinala que essas operações tinham garantias frágeis, como os avisos do ex-presidente do PT deputado José Genoíno e do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, donos de patrimônio insignificante.

Serraglio afirma que, apesar dos altos valores dos emprésti-

mos, não há contrato assinado entre a empresa de Valério e o PT e que outros empréstimos feitos pelas empresas do publicitário foram pagos, ao contrário dos repassados ao PT.

O deputado observa que um empréstimo “assemelhado” ocorreu em Minas Gerais, em 1998. Ele considera que a contabilidade das agências de publicidade de Valério “não merece crédito”, por se valer de 80 mil notas fiscais falsas e não ter registro de operações realizadas entre 1998 e 2002.

Para Serraglio, dados obtidos por CPI reforçam a tese do mensalão

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, fez o conceito do mensalão, dinheiro distribuído a parlamentares, conforme denúncia do então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), cassado este ano. No documento divulgado ontem, Serraglio afirma ter existido um “fundo de recursos utilizado para atendimento a interesses político-partidários”, mas sem o modelo apresentado anteriormente pelo ex-deputado.

– São padrões de comportamento que se manifestam de forma não muito difícil de ser captada, que se casam com as informações que circulam – disse.

Serraglio listou quatro padrões de repasses de recursos a parlamentares. O primeiro era de repasses semanais para o PL, por meio da Corretora Guaranhuns, em valores que totalizaram mais de R\$ 6 milhões. O segundo padrão seria para mudanças de partidos, concentradas especialmente em maio de 2003, com o ingresso de parlamentares no PTB, num total de R\$ 3,6 milhões, e em janeiro e fevereiro de 2004, com a migração de deputados para o PP, envolvendo pagamento de R\$ 800 mil. O terceiro, para a realização de votações de interesse do governo, a partir de setembro de 2003, como as reformas da Previdência e trabalhista, com saques chegando a mais de R\$ 15,2 milhões. Por último, pagamentos destinados ao PP em intervalos de 48 e 72 horas, intermediados pela Corretora Bônus-Banval e realizados entre abril e junho de 2004, totalizando R\$ 6,6 milhões.

O cruzamento dos dados foi feito pelo *software* i2, que é

utilizado pelo serviço secreto britânico. O relator afirmou existir uma “certa evidência, uma possibilidade de ligação entre as mudanças e a liberação dos recursos”. Também disse que o pagamento do mensalão e a prática do caixa dois – assumida pelo PT e até pelo presidente Lula – não se excluem.

Dados do relatório apontam coincidências no esquema gerido pelo empresário Marcos Valério e pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o que reforça, segundo o relator, a tese de existência do mensalão. O documento – elaborado com base em trabalho da Sub-Relatoria de Movimentações Financeiras da comissão, coordenada pelo deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) – caracteriza o mensalão como um fundo de recursos utilizados especialmente no atendimento de interesses políticos partidários.

O relatório registra a concentração de pagamentos em dois períodos: maio de 2003 – quando houve migração de parlamentares para o PTB – e entre janeiro e fevereiro de 2004, quando ocorreram várias filiações de parlamentares ao PP. Além disso, ressalta concentração de pagamentos em datas próximas às votações de interesse do governo.

Osmar Serraglio lamentou que “pessoas graduadas” continuem a defender a inexistência de provas do esquema de corrupção. “Há provas testemunhais produzidas pelo próprio sistema, além das confissões que já tivemos. Lamentavelmente, o meu convencimento pessoal é de que tínhamos um sistema de corrupção de parlamentares”, assinalou.

Sub-relatoria vai propor normas de combate à corrupção

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou ontem a criação de uma sub-relatoria destinada a tratar de normas para o combate à corrupção. A idéia é elaborar uma série de projetos de lei para aprimorar, por exemplo, o controle do sistema financeiro e evitar a lavagem de dinheiro. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-

RS) será o sub-relator e convidará especialistas para debater a formulação dos projetos. Ele vai trabalhar em conjunto com a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Delcídio Amaral informou que uma comissão de parlamentares irá aos Estados Unidos para mais uma vez tentar o acesso aos documentos sigilosos negados pelas autoridades americanas, como os

relativos à conta Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça.

O senador comunicou ainda que, após ofício elaborado pela comissão de inquérito, o ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence suspendeu a liminar que protegia os sigilos do fundo de pensão Prece, da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem da Comissão Representativa do Congresso Nacional foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e Delcídio Amaral

Balanco apresentado ontem pela CPI dos Correios indica que a captação de recursos para abastecer o valerioduto era feita junto a fontes públicas e privadas

Serraglio afirma que dinheiro público abasteceu esquema

Em balanço apresentado ontem, o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), confirmou que dinheiro público abasteceu o valerioduto. Ele mostrou a triangulação de recursos dos adiantamentos feitos pela Visanet – que tem o Banco do Brasil como sócio – à DNA, agência de Marcos Valério, que foram parar na corretora Bônus-Banval e, de lá, destinados aos beneficiários autorizados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Em 12 de março de 2004, a Visanet adiantou R\$ 35 milhões à DNA. No mesmo dia, a agência aplicou R\$ 34,8 em fundos do BB. Em 22 de abril, empregou R\$ 10 milhões em CDB do Banco BMG, que concedeu, no dia 26 do mesmo mês, empréstimo de R\$ 9,96 milhões à Tolentino Associados, do sócio de Valério – garantido por aval do empresário e por investimento da DNA no banco. No mesmo dia, a Tolentino fez a transferência de R\$ 3,18 milhões à Bônus-Banval, que repassou recursos a parlamentares do PP.

– Começo, meio e fim do recurso que saiu da Visanet e chegou às mãos dos beneficiários de Delúbio – afirmou o relator.

Serraglio utilizou dados da auditoria feita pelo próprio Banco do Brasil para culpar Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do BB, pelo tratamento diferenciado à DNA, para a qual foram adiantados R\$ 92 milhões. Ficou provado que houve ganho financeiro para a agência – por aplicar o dinheiro adiantado – de

Valerioduto	
Os 14 maiores depositantes	R\$
1. Banco do Brasil	388 milhões
2. Telemig	122 milhões
3. Visanet	92 milhões
4. Secretaria de Fazenda do Distrito Federal	64 milhões
5. Eletronorte	41 milhões
6. Ministério do Trabalho	40 milhões
7. Amazônia Celular	36 milhões
8. Correios	36 milhões
9. Secretaria de Fazenda de Minas Gerais	27 milhões
10. Usiminas (grupo)	32 milhões
11. Fiat	21 milhões
12. Assembléia Legislativa de Minas Gerais	16 milhões
13. Ministério do Esporte	11 milhões
14. Terracap	10 milhões

Fonte: relatório preliminar da CPI dos Correios

R\$ 5 milhões. Duas notas utilizadas para esses adiantamentos, nos valores de R\$ 23 milhões e R\$ 35 milhões, são falsas, segundo laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Federal. Os adiantamentos, conforme a auditoria interna, “não caracterizavam vantagem” ao BB. Serraglio afirmou ainda que falta comprovar a realização de serviços pela DNA num total de R\$ 23 milhões.

– É importante dizer que o BB cortou na própria carne. Quero preservá-lo de nomes como Henrique Pizzolato, que mancharam o nome da instituição – afirmou.

O relator detalhou também

como os investimentos de Valério mascaravam os recursos que passavam por suas contas e que foram “emprestados” ao PT. Para Serraglio, as operações se assemelham à realizada na campanha eleitoral de Minas Gerais em 1998.

Para o deputado Jorge Bittar (PT-RJ), não se pode comprovar a existência de mensalão pelo documento apresentado pelo relator. Mas ele disse concordar que as antecipações são aberrações.

Já o deputado Maurício Rands (PT-PE) observou que o PT pecou por manter a corrupção que foi originada no governo anterior.

Empresas privadas também atuaram como financiadoras

O relatório apresentado por Serraglio constatou que empresas do setor privado também financiaram o valerioduto. Entre as que mais teriam financiado o esquema estão a Brasil Telecom, a Telemig Celular, a Amazônia Celular, a Usiminas e a Cosipa.

O documento indica que auditoria da própria Brasil Telecom apontou que os contratos feitos com a DNA e a SMP&B foram fechados fora dos trâmites normais e por meio de ordem direta da presidente, Carla Cico. Também mostra que houve pagamentos antecipados nesses contratos. O relator contesta a prestação e a qualidade dos serviços realizados pelas empresas de Valério.

Mesmo depois dessa auditoria, a Brasil Telecom fez novos contratos com as empresas, no valor estimado de R\$ 50 milhões.

Em relação à Telemig e à Amazônia Celular, foram encontradas discrepâncias entre os contratos firmados e os dados contábeis conseguidos via quebra de sigilo bancário. A Telemig apresentou notas no valor de R\$ 10 mil, mas o sigilo bancário indicou depósitos de mais de R\$ 5,5 milhões para as empresas de Marcos Valério. A Amazônia Celular tinha contrato de R\$ 29 mil e depósitos de cerca de R\$ 3,1 milhões. Já a Usiminas e a Cosipa efetuaram pagamentos a empresas do valerioduto nos valores respectivos de R\$ 1,1 mi-

lhão e R\$ 5,8 milhões sem terem contratos com as empresas.

O relatório enumerou irregularidades nos empréstimos feitos junto ao Banco Rural e ao BMG, como a renovação de débitos sem redução no valor principal, ou pagamento de juros, e qualificação inadequada do grau de risco dos empréstimos, concedidos com garantias insuficientes.

Outra irregularidade foi o uso de contrato de publicidade entre a DNA e o Banco do Brasil como garantia de empréstimo. Também foram feitas 11 renovações sem amortização nem pagamento de juros e a CPI indicou que os riscos dos empréstimos foram classificados de maneira inadequada.

Investigação confirma distribuição de valores via Rural, BMG e corretoras

A captação de recursos do chamado valerioduto era feita junto a setores públicos e privados e a fundos de pensão, ocorria também no exterior e não se referia apenas aos empréstimos concedidos pelos bancos BMG e Rural. A distribuição dos recursos seria efetuada via bancos Rural e BMG e corretoras financeiras Bônus-Banval, Natimar e Guaranhuns. As afirmações constam do relatório preliminar da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios divulgado ontem pelo relator, deputado Osmar Serraglio.

Entre as empresas públicas que alimentaram o valerioduto, a CPI aponta o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Estão também sendo investigados os ministérios do Esporte e do Trabalho e Emprego e a Eletronorte. No Banco do Brasil, foram encontradas irregularidades nos contratos de publicidade com a DNA Propaganda e em contrato que envolve recursos da Visanet.

De acordo com estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU), apenas uma cláusula contratual não cumprida pela DNA deixou de transferir ao Banco do Brasil R\$ 38 milhões. A empresa apresentou crescimento de 82% entre 2003 e 2004. Outras irre-

gularidades encontradas foram o adiantamento de recursos da Visanet, no valor total estimado de R\$ 92 milhões, e a concentração de serviços apenas na DNA, que antes eram prestados também por outras empresas. Esses recursos foram usados como garantia para realização de empréstimos junto ao BMG.

O relatório aponta que os adiantamentos à DNA foram feitos mediante apresentação de notas fiscais declaradas falsas por laudo da Polícia Federal. Auditorias do Banco do Brasil apontam nesses contratos, entre outras irregularidades, o fato de os adiantamentos não terem sido justificados, além de não ter sido comprovada sua necessidade.

Nos contratos firmados entre as empresas de Marcos Valério e os Correios também foram verificadas irregularidades, como mudanças no edital aumentando a subjetividade do processo, fraudes contábeis e o uso de contratos de publicidade como garantia de empréstimos. Em relação aos contratos da Rede Postal Noturna com a Skymaster, a CPI achou diversas irregularidades: superfaturamento de R\$ 64 milhões e remessas para o exterior no montante de R\$ 95,6 milhões, referentes à compra de peças e arrendamento superfaturados.

Valerioduto pessoas físicas

1. Marcos Valério Fernandes de Souza
2. Renilda Maria S. Fernandes de Souza
3. Rogério Lanza Tolentino
4. José Roberto Moreira Melo
5. Ramon Hollerback Cardoso
6. Cristiano de Mello Paz
7. Francisco Marcos Castilho Santos
8. Margareth Maria de Queiroz Freitas
9. Renato Villamarim Soares
10. André Junqueira Caetano
11. Vanessa Tanietti

Fonte: relatório preliminar da CPI dos Correios

Valerioduto pessoas jurídicas

1. Feeling Propaganda Ltda.
2. SMP&B Comunicação
3. Multi Action Entretenimento
4. SF Assessoria e Consultoria Técnica
5. Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C
6. 2S Participação Ltda.
7. Estratégica Marketing
8. Praesepepiu Centro de Preparação Equestre Ltda.
9. DNA Propaganda Ltda.
10. Grafiti Participação Ltda.
11. SMP&B São Paulo Comunicação Ltda.

Fonte: relatório preliminar da CPI dos Correios

Não faltou crítica ao governo na segunda reunião da Comissão Representativa, mas, no final, oposição concordou em votar créditos para órgãos governamentais

Corte de verbas para gasodutos é alvo de críticas

Parlamentares do Norte e Nordeste protestaram contra cortes de investimentos da Petrobras na construção de gasodutos nas duas regiões durante votação, em reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional ontem, de créditos em favor da estatal. As matérias só foram aprovadas após o relator do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss, e o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), terem assumido o compromisso de negociar a alocação de recursos para essas obras.

Durante a votação do PLN 49/05, que abriu crédito especial de R\$ 1,9 bilhão para a Petrobras, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) criticaram a alocação de apenas R\$ 33,1 milhões (1,57% do total) para o gasoduto Coari-Manaus.

Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também se indignou ao saber do cancelamento de R\$ 112 milhões, em 2005, para o gasoduto ligando Fortaleza, Teresina e São Luís e da ausência de recursos para a obra no Orçamento de 2006.

– Isso é um acinte – reagiu Heráclito, pedindo remanejamento de verbas.

Mão Santa critica recursos remanejados

Mão Santa (PMDB-PI) considerou “uma lástima” a decisão do governo de retirar R\$ 5,9 milhões do programa de implantação e melhoria do sistema de abastecimento d’água para pequenos municípios e aplicá-los na Fundação Oswaldo Cruz, segundo projeto de crédito suplementar aprovado ontem pela Comissão Representativa do Congresso.

– O governo descobre um santo para cobrir outro.

Acordo aprova créditos, mas oposição ameaça a votação do Orçamento

Acordo partidário permitiu que a Comissão Representativa do Congresso votasse ontem 18 pedidos de créditos feitos pelo governo, mas a oposição anunciou que pretende dificultar a aprovação do projeto do Orçamento federal para 2006, a partir do dia 16 de janeiro.

Os novos créditos somam mais de R\$ 8,5 bilhões, sendo que R\$ 6,2 bilhões não sairão dos cofres da União, mas dos caixas das empresas do sistema Petrobras. Os outros R\$ 2,3 bilhões beneficiam vários ministérios, para programas de saúde, energia, pagamento de encargos sociais e até para treinamento de astronautas pela Agência Espacial Brasileira.

O acordo partidário só foi fechado depois que o Executivo garantiu a liberação de um financiamento de R\$ 80 milhões, do BNDES, para o governo de Sergipe construir uma ponte. O PFL reclamava que o governador João Alves espera o empréstimo há meses e o banco estaria atrasando tudo, por se tratar de um estado governado pela oposição. Ficou acertado que o dinheiro será liberado.

O PFL e o PSDB reclamaram durante reunião de líderes, no gabinete do presidente do Senado, Renan Ca-



Sob a presidência de Renan, Comissão Representativa faz sua segunda reunião

da lei orçamentária à solução de “alguns problemas”, entre eles o cumprimento de promessas feitas pelo governo de ajudar a cidade do Rio de Janeiro.

O presidente do Senado anunciou um adendo à lista de projetos a serem votados durante a atual convocação extraordinária do Congresso, incluindo o projeto do Orçamento de 2006.

Parlamentares acusam governo de falta de transparência

Senadores e deputados acusaram o governo de falta de transparência durante a discussão de projeto de lei (PLN 45/05), com origem no Executivo, que abre crédito suplementar de R\$ 118.610.131 em favor dos ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa.

A matéria foi aprovada, mas o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) chamou a atenção para o fato de que o projeto falava em “municípios, estados e entidades sem fins lucrativos” a serem beneficiados, sem, no entanto, especificá-los.

O relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG), explicou que não poderia prestar esse esclarecimento, uma vez que os beneficiários seriam selecionados posteriormente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Romeu Tuma (PFL-SP) frisou que, se o projeto não fosse aprovado, as Forças Armadas, que já passam por um processo de sucateamento, seriam muito prejudicadas.

Senadores e deputados também manifestaram insatisfação com as decisões do governo sobre a realocação de recursos para a abertura de créditos suplementares. As críticas foram feitas durante a discussão do projeto de lei (PLN 14/05) que abre, ao orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$ 54,5 milhões em favor do Ministério da Saúde.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), protestou contra o cancelamento de recursos destinados no Orçamento a programas de abastecimento de água, mas encaminhou voto favorável ao projeto, por entender que os recursos servirão para programas

de saneamento básico.

Heloísa Helena (PSOL-AL), embora votando a favor da proposta, criticou o governo por não ter executado projetos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou, como líder da maior bancada, contra a não-liberação de emendas para programas de drenagem, abastecimento de água e saneamento.

Durante a discussão do projeto de lei (PLN 31/05) que abre créditos suplementares para os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, Heloísa Helena protestou contra cortes feitos pelo governo nos recursos destinados no Orçamento ao seu estado. Informando que acabara de tomar conhecimento dos itens a serem examinados, Arthur Virgílio criticou o processo “torto e sinuoso” de votação do Orçamento.

Marcada reunião da CMO para a próxima terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem em Plenário a convocação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para reunião na próxima terça-feira, visando discutir os relatórios setoriais do Orçamento Geral da União de 2006. Após o anúncio do presidente do Senado, vários parlamentares da oposição se manifestaram contrários à realização da reunião na data marcada, devido à falta de tempo para o estudo dos itens a serem discutidos.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que seu partido apenas deverá votar os relatórios que tiverem sido discutidos de maneira adequada. Já o líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), exigiu o cumprimento dos prazos regimentais para a apreciação dos relatórios setoriais.

Renan quer recesso menor para o Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, durante a reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que a instituição vive uma oportunidade única de acabar com a chamada autoconvocação, que ele disse considerar absurda, e de reduzir o recesso parlamentar. O assunto deverá ser discutido por deputados e senadores até fevereiro.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), por sua vez, afirmou que o Legislativo não precisava dessa autoconvocação, que atende, observou, somente aos interesses do governo.

– Estamos pagando nas ruas o preço por esta autoconvocação. O governo provocou esse processo ao entupir nossa pauta de medidas provisórias durante todo o ano – protestou.